



Dependência municipal das transferências do Fundo de Participação dos municípios do território do Sisal, na Bahia, entre 2013 a 2023

Hédlon Costa dos Reis Mota, Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Brasil¹
Leandro Batista Duarte, Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Brasil²
José Caetano de Jesus Filho, Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Brasil³
Leonardo Batista Duarte, Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Brasil⁴
Maria Orlandia de Melo Belmiro, Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Brasil⁵
Janúzia Souza Mendes de Araújo, Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Brasil⁶

RESUMO

O debate acerca do orçamento público tem sido de grande relevância e tem ganhado maior destaque quando se discute os repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e sua relação com o nível de “dependência” deles, devido às suas transferências oriundas da União. Tentando entender melhor sobre o FPM, este trabalho se debruçou dentro de uma delimitação geográfica, política e espacial, sendo seu recorte pelo Território do Sisal, localizado na Bahia. Dessa forma, o objetivo do estudo foi analisar o nível de dependência desse repasse nos municípios que fazem parte do Território do Sisal entre os anos de 2013 a 2023. Os levantamentos das informações foram por meio de uma pesquisa bibliográfica e uma metodologia descritiva. Os dados foram retirados do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi), do Ipeadata e do Tesouro Nacional. A partir da extração e análise dos dados no período selecionado, constatou-se que os municípios de pequeno porte são mais dependentes que os de médio e grande porte. Sendo fundamental destacar a importância de uma diversificação de arrecadação para minimizar esse grau de dependência.

Palavras-chave: Finanças Municipais; Transferências Intergovernamentais; Dependência Orçamentária; Território do Sisal.

1. INTRODUÇÃO.

As transferências federais foram estabelecidas como forma de reduzir as desigualdades

¹ E-mail: costahedlon@gmail.com, ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-1852-5517>

² E-mail: lbduarte@uefs.br, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4968-5368>

³ E-mail: caetanoeconomia@gmail.com, ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-3581-2076>

⁴ E-mail: lbduartee@gmail.com, ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-4456-251X>

⁵ E-mail: nandabelmiro@hotmail.com, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3873-1031>

⁶ E-mail: jmaraujo@uefs.br, ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-4084-4060>

Mota, H. C. R., Duarte, L. B., Jesus Filho, J. C., Duarte, L. B., Belmiro, M. O. M., & Araújo, J. S. M.: Dependência municipal das transferências do Fundo de Participação dos municípios do território do Sisal, na Bahia, entre 2013 a 2023. Revista de Empreendedorismo e Gestão de Micro e Pequenas Empresas. V.10, Nº3, p. 01-24, Set/Dez 2025. Artigo recebido em 17/04/2025. Última versão recebida em 29/09/2025. Aprovado em 04/10/2025.

econômicas entre os estados e, sobretudo, os municípios. Estas, referem-se aos recursos financeiros que o governo federal repassa aos estados, Distrito Federal e municípios. Esses recursos são provenientes de diversos fundos e programas e têm como objetivo promover a descentralização do poder e a distribuição equitativa de recursos financeiros entre as diferentes regiões do país, visando garantir a execução de políticas públicas em áreas como saúde, educação, segurança, infraestrutura e meio ambiente.

Além disso, as transferências federais são importantes para garantir o fortalecimento das finanças dos estados e municípios, que muitas vezes, dependem desses repasses para manter serviços básicos e investir em projetos de desenvolvimento territorial (local) (Souza, 2016; Santos; Santos, 2014).

A Constituição Federal promoveu alterações na repartição de poderes do país, gerando novos pactos e compromissos políticos e sociais. Um dos aspectos fundamentais dessa transformação foi a descentralização política e financeira dos entes federativos. O federalismo fiscal se tornou um elemento central desse novo arranjo, buscando equilibrar as atribuições e responsabilidades financeiras entre os diferentes níveis de governo: federal, estadual e municipal (Torrezan, 2023).

Na Constituição de 1946, as transferências federais foram implementadas no Brasil e passaram a serem regulamentadas a partir da Constituição de 1988, que estabeleceu as normas de partilha para promover o federalismo fiscal implantado no país em 1889 com o objetivo de estabelecer uma ordem federativa e de divisão de poderes e competências, como afirma a Secretaria do Tesouro Nacional (STN, 2012). No Brasil, o federalismo fiscal simbolizou os marcos para a descentralização administrativa, financeira e social. Com a Constituição de 1988, esse cenário foi reforçado.

A relevância e a atualidade deste estudo é devido a fatores estruturais que atendem parte dos municípios que não possuíam capacidade de arrecadar receitas suficientes para arcar com as suas despesas e responsabilidades, sendo assim, percebeu-se um desequilíbrio entre receitas e despesas nas esferas subnacionais de governo. Diante dos fatores de natureza estrutural, o governo central adotou ao longo dos anos um conjunto de iniciativas paliativas: as transferências intergovernamentais (Gadelha, 2017).

As Transferências Constitucionais surgiram como uma solução prática do governo federal para amenizar o problema, alocando parte dos impostos arrecadados pela União para os estados, o Distrito Federal e os municípios. Com a descentralização fiscal ao longo do tempo, foram formuladas medidas adotadas pelo governo para auxiliar os estados federados e municípios. O Fundo de Participação dos Municípios (FPM) é uma dessas medidas, que se

tornou indispensável, principalmente, para municípios de pequeno e médio porte.

Neste sentido, pode-se destacar que as transferências intergovernamentais têm como objetivo equalizar a capacidade de gastos dos municípios, levando em consideração a heterogeneidade de suas bases tributárias próprias. Isso ocorre porque os pequenos municípios, que não conseguem custear seus gastos, tendem a oferecer uma quantidade inferior de bens públicos ou a impor uma sobretaxa aos seus municípios, com o objetivo de obter o mesmo nível de receita dos municípios mais desenvolvidos. Dessa forma, existe uma inadequação entre os recursos que resulta na deterioração dos serviços públicos (Teixeira, 2005) .

A região do Sisal é uma das divisões dos territórios de identidade⁷ do Estado da Bahia, em que também é conhecido como região Sisaleira da Bahia, nome oriundo do sisal: uma fibra vegetal que é utilizada nas produções de fios biodegradáveis aplicados a vários produtos (Silva *et al.*, 2021). Localizado na Bahia, o Território do Sisal se beneficia de outros setores econômicos que contribuem para diversificar as fontes de renda da população local. Esses repasses são fundamentais para que os municípios possam cumprir com suas obrigações e oferecer serviços básicos à população e para o desenvolvimento territorial da região. Com isso, levanta-se o seguinte questionamento: qual é o nível de dependência dos repasses do FPM nos municípios do território de identidade Sisal na Bahia?

Dado essa discussão, o presente artigo tem como objetivo analisar o nível de dependência desse repasse nos municípios que fazem parte do Território do Sisal, além do mais pretende-se levantar dados sobre a Receita Orçamentária (RO) e o repasse do FPM em cada município, atendendo aos anos de 2013 a 2023, bem como contribuir para uma melhor compreensão das características econômicas da região e entender a evolução de cada município ao longo dos anos analisados.

O presente trabalho se mostra relevante, primeiramente, pela escassez de estudos que tratam sobre o tema para o território do Sisal, além do mais, a pesquisa possibilita auxiliar na construção de políticas de desenvolvimento econômico sustentável, planejamento territorial e a valorização da identidade cultural dos municípios da região. Isso se torna relevante dentro de um cenário para alcançar um desenvolvimento econômico regional, dando maior atenção para as características locais. Logo, conhecer as peculiaridades de uma região contribui para a

⁷ O Perfil dos Territórios de Identidade da Bahia é uma divisão ocorrida dentro do estado com o objetivo de propor ações e políticas públicas mais eficientes e eficazes no território. Trata-se de um esforço para um planejamento levando em consideração as características de cada subdivisão. A divisão ocorreu levando em consideração as caracterizações socioeconômica e ambiental dos territórios. Atualmente, existem 27 Territórios de Identidade, e o território do sisal é um deles. De acordo com informações da Secretaria de Desenvolvimento Rural da Bahia (2017).

formulação de políticas públicas mais assertivas.

Neste trabalho, tem-se uma análise de uma década entre os anos de 2013 a 2023, este recorte de tempo se justifica por possibilitar uma observação mais ampla e histórica de cada um deles. Ao estudar o nível de dependência dos municípios que compõem o Território de Identidade do Sisal ao longo do período analisado, espera-se contribuir com os gestores locais dando conhecimento de seus números para que possam, caso necessário, articular políticas visando o aumento do esforço fiscal em busca de receitas próprias e redução do nível de dependência da transferência do FPM.

Estruturalmente, além desta introdução e das considerações finais, este trabalho está dividido em mais três seções. A primeira se constitui com uma revisão de literatura apresentando estudos empíricos sobre o tema, em seguida, tem-se a metodologia utilizada no estudo, o qual contém a fonte dos dados e os procedimentos metodológicos. A terceira constitui os resultados e discussões, demonstrando a análise do nível de dependência do FPM nos municípios estudados.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 RECEITA MUNICIPAL E A RELEVÂNCIA DO FPM

O orçamento público é importante para manter o controle de contas nos seus níveis de receitas e despesas⁸, detalhando seus direcionamentos e seus níveis de investimentos e custos. Uma boa gestão das contas públicas promove um planejamento mais eficiente e eficaz que são capazes de gerar bons resultados para a sociedade. Por isso, é relevante que um governo, dentro dos seus âmbitos administrativos, possa gerir todo seu orçamento para aplicações em políticas como segurança, lazer, bem-estar, logística, infraestrutura, planejamento territorial⁹, entre outros, beneficiando toda a sociedade (Bernardes *et al.*, 2022).

Todos os recursos financeiros dos municípios estão devidamente previstos na Constituição Federal de 1988, bem como nas Constituições de cada estado brasileiro e nas Leis Orgânicas dos próprios municípios. Essas normas legais estabelecem as bases e diretrizes para

⁸ As receitas são oriundas dos impostos, taxas, contribuições, entre outros e se classificam como recursos financeiros que servem para redirecionar para os gastos a qual podem ser para várias destinações.

⁹ O planejamento territorial define como o território será utilizado, buscando o interesse público e a melhor ocupação da área, enquanto o Fundo de Participação, sendo um tipo de transferência constitucional, repassa recursos para que os entes federados implementem políticas públicas, incluindo aquelas relacionadas ao desenvolvimento territorial.

a arrecadação, distribuição e utilização dos recursos pelos municípios. Elas definem as fontes de receitas municipais, como os impostos municipais e as transferências intergovernamentais, garantindo a autonomia financeira e administrativa dos municípios.

A receita própria é gerada diretamente pelos municípios por meio de impostos, taxas, contribuições de melhoria e outras fontes. Essas receitas são arrecadadas internamente pelo próprio município, todavia, há muitos municípios que não conseguem se manter apenas com esse recurso. Desse modo, existem as transferências estaduais e federais para complementar a receita municipal (Orair; Alencar, 2010).

No que diz respeito às Transferências Federais, destaca-se o FPM, que representa a principal forma de repasse de recursos financeiros da União para os municípios. Essas transferências ocorrem a cada dez dias e foram estabelecidas com o objetivo de reduzir e equalizar as receitas municipais em relação à arrecadação tributária nacional e dos estados federados (Bovo, 2001).

Essa realidade faz com que os mesmos sobrevivam de repasses provenientes do governo federal e estadual, haja vista que a arrecadação própria é ínfima em relação ao montante de recursos necessários para a sua subsistência (Hentz, 2015). Essas transferências se tornam especialmente importantes para os pequenos municípios, que geralmente possuem uma base econômica mais restrita e enfrentam desafios adicionais para gerar receitas locais.

Segundo o Observatório de Informações Municipais, em 2020, na composição da receita dos municípios com população entre 5 mil e 10 mil habitantes, aproximadamente 4,85% são provenientes de receitas tributárias, enquanto 88,41% são provenientes de transferências. Da mesma forma, no grupo de municípios com população entre 10 mil e 20 mil habitantes, cerca de 5,55% da receita é originária de receitas tributárias, enquanto 87,30% são provenientes de transferências.

Já no grupo de municípios com população entre 20 mil e 50 mil habitantes, aproximadamente 7,45% da receita é proveniente de receitas tributárias, enquanto 76,09% são provenientes de transferências. Por fim, no grupo de municípios com população entre 50 mil e 100 mil habitantes, cerca de 12,30% da receita é originária de receitas tributárias, enquanto 74,76% são provenientes de transferências.

Com base nos dados apresentados pelo Observatório supracitado, fica evidente a importância das transferências para os municípios. As transferências representam uma parcela significativa da receita dos municípios em diferentes faixas populacionais. Além disso, esses dados explicitam a dependência dos municípios em relação às transferências para o financiamento de suas atividades e prestação de serviços à população.

Estudos anteriores realizados em estados do Rio Grande do Sul (Pereira, 2002), Minas Gerais (Massardi; Abrantes, 2015) e Bahia (Santos; Santos, 2014), ratificam a existência dessa dependência financeira dos municípios em relação às transferências provenientes dos governos Federal e Estaduais, sendo o FPM o principal financiador desses repasses.

É debatido que as transferências intergovernamentais são instrumentos projetados para diminuir as disparidades socioeconômicas entre os municípios. No entanto, na prática, observa-se que essas transferências também desencorajam os municípios a explorar sua própria base tributária, o que resulta no chamado efeito *free rider* (Orair; Alencar, 2010).

Em termos simples, "efeito *free rider*" refere-se a uma situação na qual um indivíduo ou entidade se beneficia dos recursos ou serviços fornecidos por outros, sem contribuir de forma proporcional ou justa. No contexto das transferências intergovernamentais, o efeito *free rider* pode ocorrer quando os municípios dependem excessivamente das transferências de recursos de outras esferas de governo, em vez de buscar explorar e fortalecer sua própria base tributária.

2.2 ESTUDOS EMPÍRICOS SOBRE FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

Estudos semelhantes, realizados anteriormente em municípios de diferentes estados do Brasil, apresentam observações relevantes e pontos em comum. Santos e Santos (2014), analisaram a dependência dos municípios do sul da Bahia em relação às transferências do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) entre 2008 e 2012. Os resultados indicaram que os municípios menores demonstraram uma alta dependência de transferências governamentais, devido a uma atividade econômica pouco expressiva. Em contraste, os municípios maiores e mais economicamente estruturados apresentaram uma menor dependência dos repasses do FPM. Destacou-se que os municípios mais dependentes têm pequena população, baixo poder de arrecadação tributária, são predominantemente rurais e têm a prefeitura como o maior empregador.

Além disso, o estudo ressalta a importância do FPM para os municípios de pequeno e médio porte, como forma de equalizar as disparidades econômicas e sociais. Apontou também a relevância das transferências federais na sustentabilidade econômica dessas regiões e na manutenção dos serviços públicos locais. Os autores destacaram a necessidade de políticas que visem fortalecer a economia local e reduzir a dependência excessiva das transferências governamentais, especialmente para os municípios mais vulneráveis.

Analisando o grau de dependência dos municípios do COREDE Fronteira Oeste, Moreira (2017), entre os anos de 2006 a 2013, depara-se com a mesma situação de dependência.

Os resultados mostraram que cerca de 70% dos municípios da região possuíam um alto grau de dependência em relação ao FPM, com média acima de 83,14%. Ficou evidenciado que os municípios com menor população são os mais dependentes do fundo. Concluiu-se que nenhum dos treze municípios analisados fizeram esforços significativos para aumentar sua receita própria, o que os tornaria menos dependentes das transferências intergovernamentais. A redução ou eliminação dessa dependência seria crucial para garantir a autossuficiência financeira e a segurança dos serviços públicos oferecidos à população.

Ratificando a tendência apresentada, ao estudar a dependência dos municípios da Microrregião do Cariri Ocidental da Paraíba, entre os anos de 2014 a 2017, Souza (2017) apontou que os municípios mais dependentes do FPM foram os de menor população, com atividade econômica privada reduzida e localizados fora das principais rotas comerciais. Em contraste, os municípios menos dependentes apresentavam maior população, setores econômicos mais diversificados e localização geográfica favorável.

O estudo ainda destacou a importância do FPM como fonte crucial de apoio financeiro para os governos locais e ressaltou a necessidade de compreender e lidar com a dependência excessiva de recursos externos, especialmente em municípios menores e menos desenvolvidos. Além disso, apontou a relevância de políticas públicas que promovam o desenvolvimento econômico local e a diversificação de fontes de receita para reduzir a dependência do FPM, visando a sustentabilidade financeira a longo prazo.

Massardi e Abrantes (2015), analisaram dependência dos municípios em relação ao FPM nos municípios de Minas Gerais comparando dados de 2004 a 2009. Os autores apontaram que a maioria dos municípios possuíam, no período analisado, uma dependência significativa do FPM, com mais de 50% de sua receita vindo desse fundo, especialmente os municípios com menos de 20.000 habitantes. Os resultados também indicaram que a dependência do FPM estava diretamente ligada ao tamanho do município, dessa forma, concluiu-se que os municípios menores possuíam maior dependência do FPM.

Ademais, o estudo destacou que as transferências intergovernamentais, como o FPM, tiveram um papel crucial no financiamento municipal, mas também poderiam desestimular os municípios a explorarem suas próprias bases tributárias. Isso poderia gerar um efeito "carona" nas transferências, prejudicando a arrecadação própria e a autonomia fiscal dos municípios. Portanto, é essencial reavaliar a distribuição e o impacto dessas transferências para garantir um equilíbrio adequado entre a dependência do FPM e a autonomia financeira dos municípios.

Já o estudo realizado por Passos e Nascimento (2018), investigou a dependência dos municípios do Piauí em relação ao FPM para os anos de 2013 a 2016. Os resultados revelaram

que nenhum município demonstrou uma dependência fraca, 144 municípios apresentaram uma dependência média e 32 mostraram forte dependência do FPM. Em média, os municípios do Piauí dependiam em 46,28% da cota do FPM em relação às receitas correntes durante esse período. O estudo também revelou que, ao avaliar a relação entre a população dos municípios e o nível de dependências dos municípios, foi observado um relacionamento inverso ao número de habitantes. Isso indica que quanto menos populoso o município, maior é a dependência do FPM.

Udzinski, Witt e Senff (2019) realizaram um estudo aplicado aos municípios do estado de Santa Catarina, sobre a relação entre a dependência dos recursos do FPM e a qualidade dos gastos municipais e políticas públicas. Os resultados da pesquisa destacaram que, em municípios menores, onde a arrecadação é reduzida, o valor do FPM tem uma representatividade significativa no total de receitas. Foi ressaltado no estudo a importância da gestão eficiente e eficaz dos recursos públicos, especialmente diante da escassez de recursos e do aumento das demandas sociais. O estudo propôs uma reflexão sobre a necessidade de uma administração criteriosa dos recursos provenientes do FPM para garantir a qualidade dos gastos municipais e das políticas públicas, visando o bem-estar e o desenvolvimento das comunidades locais.

Souza *et al.* (2020) analisaram a dependência dos municípios do Rio Grande do Norte em relação ao FPM, no período de 2013 a 2018. Os resultados indicaram que os municípios potiguaros demonstraram uma dependência significativa do FPM, especialmente os de menor população e com desempenho econômico mais fraco, que tendem a ser mais dependentes desse fundo. Além disso, a presença forte das transferências do FPM na receita corrente dos municípios poderia ter um efeito negativo sobre o esforço fiscal de arrecadação própria. Isso sugeriu que a distribuição desses recursos poderia impactar a capacidade dos municípios de gerar receita de forma autônoma.

Já Costa Júnior (2019), investigou a dependência dos municípios gaúchos em relação ao FPM. Os resultados mostraram que muitos municípios estavam em níveis de alta dependência do FPM, com a maioria classificada em média dependência e poucos em baixa dependência. A população exerceu influência sobre o nível de dependência, sendo os municípios menores os mais dependentes. A pesquisa deixou claro que quanto menor o número de habitantes mais representativo é o percentual de receitas do Fundo de Participação dos Municípios no total de Receitas Correntes.

Os estudos mencionados concentram-se na dependência dos municípios brasileiros em relação ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e suas implicações. Em todos os

estudos, um ponto de destaque foi a elevada dependência de vários municípios em relação às transferências do FPM para sustentar suas atividades econômicas e serviços públicos. Municípios menores, com população reduzida e atividade econômica limitada, são consistentemente identificados como os mais dependentes das transferências governamentais, enquanto municípios maiores e economicamente mais desenvolvidos demonstram uma menor dependência.

Uma relação inversa é observada entre o tamanho da população de um município e sua dependência do FPM. Isso evidencia a influência direta da população no nível de dependência, destacando a necessidade de gestão eficiente dos recursos públicos, especialmente em municípios com recursos escassos e crescentes demandas sociais. Considerando os desfechos de todas essas pesquisas, presume-se que os municípios do Território da Cidadania do Sisal não se distanciam da realidade brasileira. Isso se deve ao fato de que, como já mencionado na justificativa, eles em sua maioria apresentam características semelhantes aos que possuem os maiores graus de dependência em relação às transferências.

3. METODOLOGIA

Metodologicamente, a investigação do tema parte de uma perspectiva bibliográfica com uma análise quantitativa descritiva, portanto, trata-se de uma pesquisa de cunho quanti-qualitativo, cujo método de abordagem é analítico-comparativo. De acordo com o método de procedimento utilizado, o mesmo é o estatístico no que tange a composição e análise dos dados secundários para a construção do grau de dependência dos municípios em relação ao FPM.

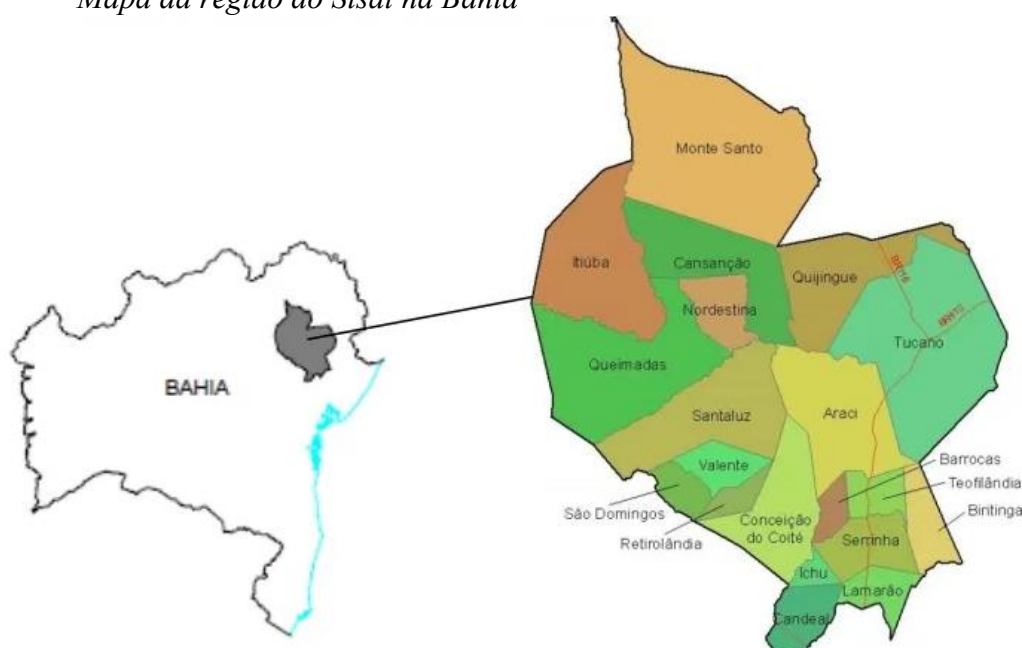
Para o debate e análise acerca do tema, foram utilizados alguns bancos de dados, com o intuito de levantar as informações sobre a receita orçamentária dos municípios considerando o FPM de cada um.

3.1 ÁREA DE ESTUDO

O Território de Identidade do Sisal, localiza-se na região semiárida da Bahia (Figura 1), na porção central do norte do Estado. Sua população foi estimada em 2022 pelo IBGE em 592.282 habitantes. Possuindo 20.405 mil quilômetros quadrados, representando 3,6% da extensão territorial da Bahia (IBGE, 2022).

Em termos de rateio espacial, o território é composto por 20 municípios, a saber: Araci, Barrocas, Biritinga, Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente. Segundo o IBGE (2022), os municípios podem ser classificados em portes referente a sua população, sendo eles: Municípios de Pequeno Porte I (até 20.000 habitantes); municípios de Pequeno Porte II (de 20.001 até 50.000 habitantes); municípios de Médio Porte (de 50.001 até 100.000 habitantes); municípios de Grande Porte (de 100.001 até 900.000 habitantes) e Metrópole (900.001 habitantes ou mais).

Figura 1
Mapa da região do Sisal na Bahia



Fonte: Redação CN (2021).

A análise da população média dos municípios do Território Sisal (Quadro 1) revela uma tendência predominante de municípios com populações relativamente modestas. A maioria dos municípios apresenta uma média de habitantes que varia de 10.000 a 40.000 habitantes. Dentro desse contexto, a região possui uma predominância de municípios de porte médio com apenas algumas notáveis exceções que se destacam por suas populações acima de 50.001 habitantes. Serrinha (80.435 mil) e Conceição do Coité (68.825 mil) são os protagonistas nesse aspecto, ocupando as primeiras posições como os municípios mais populosos do Território do Sisal, enquanto que Ichu (6.190 mil) e Candeal (7.772 mil) computam os menores valores. Essa disparidade demográfica entre esses dois municípios e os demais reflete a importância dessas áreas urbanas como centros de maior concentração populacional e influência socioeconômica na região.

Quadro 1

Relação da população por município do território do Sisal e sua classificação de acordo com o IBGE.

Município	Porte
Nordestina São Domingos Inchu Candeal Retirolândia Barrocas Birritinga Lamarão	Pequeno I
Cansanção Itiúba Queimadas SantaLuz Valente Monte Santo Quijingue Tucano Araci Teofilândia	Pequeno II
Conceição do Coité Serrinha	Médio
*	Grande
*	Metrópoles

*Não existem municípios que se enquadram nessa classificação na região do Sisal.

Fonte: Elaboração própria com base no IBGE (2022).

3.2 FONTE DE DADOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O levantamento dos dados da Receita Orçamentária (RO), foi retirado do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi)¹⁰, do Ipeadata¹¹ e para as

¹⁰Para mais informações acessar ao site:

https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/consulta_finbra/finbra_list.jsf.

¹¹ Mais informações: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>.

transferências foi utilizado os dados contidos no *site* do Tesouro Nacional¹² referentes ao Território do Sisal da Bahia, que é composto por municípios de pequeno e médio porte, ou seja, que se enquadram no perfil histórico dos municípios que mais dependem financeiramente dos repasses do FPM.

A literatura aborda de diferentes formas e olhares sobre a dependência dos municípios referente ao repasse e transferências. Para chegar aos resultados propostos neste estudo, tem-se a razão (Equação 1), objetivando entender o nível de dependência de cada município. O numerador se refere ao FPM e o denominador a Receita Orçamentária (RO):

$$\text{Dependência} = \frac{\text{FPM}}{\text{RO}} \quad (1)$$

Essa equação foi utilizada como base na literatura atual, a qual se utiliza de uma razão para identificar esse grau de dependência. Os trabalhos pesquisados, como por exemplo de Santos e Santos (2014), aplicam essa metodologia. Sobre o nível/grau de dependência, os autores não chegam a um consenso e não definem um percentual do que seja dependente e não dependente. Souza (2016) argumenta que para o município atingir um grau de dependência a razão deve ser acima dos 60%. Por sua vez, Costa Júnior (2019) afirma que acima dos 50% o município já se apresenta dependente. Para Jesus e Xavier Júnior (2020) essa dependência é dita quando atinge a partir dos 80%. Esses valores mudam de acordo com o porte da cidade e os objetivos de cada pesquisa.

Assim, neste trabalho, utilizou-se uma divisão de *Cluster* (Tabela 1), separando cada município. Tendo como base as variações presentes na literatura, resolveu-se realizar essa separação de forma metodológica pois evidencia a heterogeneidade entre os municípios e as diferentes fontes de receita e dependência de recursos públicos.

Tabela 1
Divisão e classificação dos Clusters.

<i>Cluster</i>	<i>Razão/Nível de dependência</i>
1	81-100%
2	51-80%
3	21-50%
4	0-20%

Fonte: Elaboração Própria (2024).

¹² *Site*: <https://www.tesourotransparente.gov.br/temas/estados-e-municipios/transferencias-a-estados-e-municipios>.

Dependência municipal por *cluster*, refere-se ao uso de técnicas de agrupamento (*cluster*) para analisar e agrupar municípios com base em suas características e níveis de dependência de recursos externos, como transferências fiscais, visando entender como diferentes grupos de municípios se comportam em relação à arrecadação de impostos e ao recebimento de fundos da União. O objetivo é identificar padrões de dependência e suas influências no desempenho fiscal dos municípios.

Os *clusters* resultantes mostram grupos de municípios com características semelhantes. Por exemplo, pode-se identificar um cluster de municípios com baixa arrecadação própria e alta dependência de transferências, e outro grupo com maior autonomia fiscal. Aqueles municípios que estão no *Cluster* 1, 2 e 3, apresentam-se como os mais dependentes, respectivamente. Quanto mais próximo a 100% mais preocupante se torna essa dependência para os municípios.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

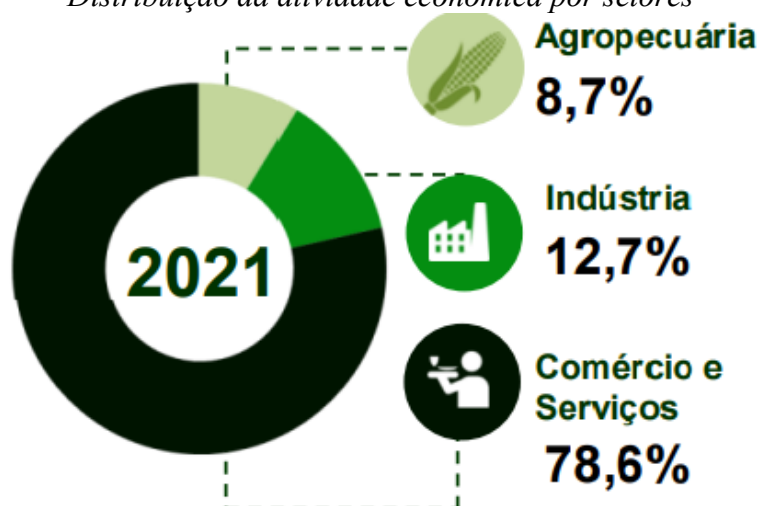
Existe uma importância do sisal no território que atende duas esferas principais como a social e a econômica. Mesmo que tenha apresentado o menor efeito na composição do Produto Interno Bruto (PIB) observado ao longo dos anos, o processo do sisal, em sua maior parte, é operado com pequenos produtores da região, tornando-se importante para sua subsistência e permanência no local. No Brasil, a fibra do sisal e sua cadeia geram, em média, mais de 850 milhões de empregos diretos e indiretos no ano de análise (Silva *et al.*, 2021).

Segundo Silva e Santos (2019), o Território de Identidade do Sisal ainda tem mantido a produção da fibra do sisal, sendo fonte de renda para as pessoas e diversificação da sua economia. Todavia, essa produção não é suficiente para garantir boas condições de renda para a população, a qual merece maior atenção e investimento na sua estrutura, pois ao longo dos anos tem apresentado declínio, sendo um dos fatores a baixa tecnologia aplicada e pouco incentivo, seja financeiro ou técnico. Para eles, é preciso ter um direcionamento de estudos e formalizações de políticas públicas que venham a atender a dinâmica do território como seus complexos espaciais, estruturais e demais elementos que atendem o espaço geográfico e elementos institucionais como a cultura, religião, economia entre outros. Beneficiando não somente todo o território, mas como os demais e assim como o próprio estado da Bahia. Como exemplo, o processamento (industrialização) e melhoria nos serviços.

Como ilustra a Figura 2, a economia desses municípios de modo majoritário gira

em torno do comércio e serviços, seguido da indústria e agropecuária. Essa é a média da participação de cada setor de todos os municípios do território.

Figura 2
Distribuição da atividade econômica por setores



Fonte: SEI/Coest (2023).

Segundo as informações da Superintendência de Estudos Econômicos da Bahia (SEI, 2023), a produção agropecuária no Território teve um valor de R\$350,6 milhões de reais em 2021. As lavouras temporárias representaram R\$119,6 milhões de reais, enquanto as lavouras permanentes alcançaram 231,0 milhões de reais. O sisal é o principal produto agrícola do território, com uma produção de 53,4 mil toneladas e um valor de 227,1 milhões de reais. Outros produtos significativos são o milho e a mandioca.

No setor industrial, o Valor Adicionado Bruto (VAB) foi de R\$ 641,6 milhões de reais em 2020, representando 1,1% do VAB da indústria do estado da Bahia. Já o comércio e serviços contribuíram com R\$ 4,6 bilhões de reais, representando 2,6% desse setor na Bahia. Ainda segundo informações da SEI (2023), os municípios com melhores perfis econômicos do Território do Sisal, são Serrinha e Conceição do Coité. Esses municípios apresentaram uma participação significativa no PIB do território em 2020. Serrinha possui uma participação de 16,5%, enquanto Conceição do Coité possui uma participação de 12,4%. Esses números indicam que esses municípios têm um desempenho econômico relativamente forte em comparação com os outros municípios da região.

Partindo agora para a análise dos níveis de dependência dos municípios do Sisal, observa-se variações significativas ao longo dos anos estudados. A partir deste ponto, serão apresentadas as variações desses níveis para cada ano compreendido entre 2013 e 2023 (Tabela 2). Em 2013, o nível de dependência variou entre 10% (Lamarão) a 56% (Quijingue). Os mais dependentes seguido de Quijingue são Candéal (54%) e Monte Santo (52%). Do total dos 20 municípios, 17 se encontram acima dos 40% de dependência para o ano de 2013.

Tabela 2
Análise por município anualmente entre 2013 a 2023

Município/ano	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Média
Araci	49%	48%	50%	50%	49%	48%	54%	50%	35%	51%	51%	49%
Barrocas	49%	45%	45%	46%	47%	44%	45%	42%	39%	49%	65%	47%
Biringinga	51%	53%	53%	55%	36%	50%	50%	49%	50%	58%	55%	51%
Candéal	54%	52%	51%	49%	51%	52%	53%	50%	53%	70%	56%	54%
Cansanção	50%	52%	51%	52%	49%	47%	48%	48%	43%	58%	61%	51%
Conc. do Coité	49%	47%	45%	48%	46%	45%	48%	49%	47%	51%	45%	47%
Ichu	37%	53%	54%	54%	54%	54%	51%	52%	54%	76%	55%	54%
Itiúba	49%	47%	50%	37%	49%	49%	50%	49%	53%	56%	54%	49%
Lamarão	10%	10%	50%	53%	52%	50%	53%	51%	51%	57%	52%	44%
Monte Santo	52%	47%	49%	48%	48%	43%	46%	38%	47%	54%	50%	47%
Nordestina	49%	47%	49%	50%	49%	55%	50%	47%	51%	53%	52%	50%
Queimadas	50%	51%	50%	58%	51%	36%	48%	49%	51%	56%	54%	50%
Quijingue	56%	55%	54%	53%	49%	35%	45%	46%	49%	54%	53%	50%
Retirolândia	47%	47%	49%	55%	54%	53%	54%	52%	53%	53%	52%	52%
Santaluz	44%	45%	48%	36%	45%	46%	46%	46%	44%	46%	47%	45%
São Domingos	45%	43%	49%	50%	45%	42%	30%	36%	45%	62%	*	45%
Serrinha	39%	41%	43%	45%	41%	24%	41%	41%	45%	50%	49%	42%
Teofilândia	49%	53%	57%	53%	50%	48%	52%	50%	53%	56%	52%	52%
Tucano	50%	48%	45%	50%	49%	49%	47%	49%	47%	51%	49%	48%
Valente	47%	50%	48%	55%	48%	48%	49%	49%	48%	57%	58%	50%

Fonte: Elaboração própria com base no IPEADATA, SICONFI e Tesouro Nacional (2024).

Para o ano de 2014, o município de Quijingue ainda se mantém em primeiro lugar em relação aos demais no seu nível de dependência, com 55%, em seguida Ichu (53%) que no ano anterior (2013) ocupou o penúltimo lugar, subindo 17 posições. Teofilândia e Biringinga também apresentaram 53% e estão nas primeiras posições. Nesse ano, 19 dos 20 municípios estavam acima de 40% de dependência, um aumento de dois municípios dentro dessa classificação em comparação ao ano anterior. Lamarão ainda se mantém na mesma posição, em último lugar, sendo o município que possui menor nível de dependência apresentado com 10% (mesmo percentual observado em 2013).

Para o ano de 2015, em comparação aos outros dois últimos analisados, percebeu-se uma mudança na estrutura da composição de cada município. Teofilândia passa a ser o primeiro município com 57% e Serrinha passa a ocupar o último lugar (43%). É notada também a aproximação entre o menor e maior valor, não sendo observado em outros anos até aqui tratados, a qual a discrepância passou a ser maior e evidente entre os municípios. Por mais que

Quijingue tenha caído na sua posição, seu nível de dependência ainda se mantém alto (54%) e próximo aos anos anteriores e todos os municípios estão acima de 40% de dependência, resultando em um cenário maior de dependência. Sobre a média para o ano de 2015, o valor resultou em 49%.

Em 2016, por sua vez, notou-se uma discrepância entre os maiores e menores valores no nível de dependência dos municípios. Havendo uma diferença de mais 20%. Queimadas (58%), Retirolândia (55%), Biritinga e Valente com 55%, a qual passaram a ocupar as primeiras posições e o último 36% se apresentou em Santaluz, ganhando espaço de Serrinha (43%), sendo que este município subiu duas casas. No ano de 2017 como o de 2016, os valores da maior assim como da menor dependência possui uma disparidade, alçando quase 20%. Biritinga passa a ocupar o último município com 36% e Ichu o primeiro (54%).

Em 2018, o município de Ichu cai uma posição e perde espaço para o município de Nordestina (55%), sendo este o mais dependente deste ano. Todavia Ichu ainda mantém seu percentual, o que se pode notar foi o aumento ocorrido em Nordestina, subindo 11% (quando comparado com 2017). Serrinha volta a ser o menos dependente (24%) com uma baixa de 17%.

No ano de 2019, Retirolândia e Araci se apresentam com o maior nível de dependência dentre outros municípios com 54%, ambos. Serrinha volta novamente a perder sua posição e dessa vez para São Domingos (30%), tornando-se este menos dependente desse ano. É importante salientar que a maioria dos municípios obteve aumento no nível de dependência e a média voltou a subir, aumentando 2 pontos percentuais no ano de 2019, quando comparado a 2018 a qual vinha caindo. Somente São Domingos apresenta menos de 40% dado a razão, todos os outros municípios possuem acima disso.

Para o ano de 2020, São Domingos ainda continua como um dos municípios menos dependentes, contudo, seu percentual aumentou em 6%, saindo de 30% em 2019 para 36%, em 2020. Houve uma diminuição de Monte Santo (46% para 38%), deixando Serrinha na posição 17, a qual manteve seu percentual. Para os anos de 2021 e 2022, Ichu ficou em primeiro lugar, com 54% e 76%, respectivamente, havendo um aumento de 22%. No ano de 2022, foi notório um aumento em outros municípios dos seus percentuais, como Candéal (53% a 70%), São Domingos (45% a 62%) e Cansanção (43% a 58%) foram os que tiveram destaque. É possível tirar essa conclusão também pela média dos anos, que saltou de 48% em 2021 para 56%, em 2022.

O ano de 2023 se encerra com todos os municípios possuindo mais de 40% do nível de dependência. Barrocas, pela primeira vez, apresenta-se em primeiro lugar, com 65% e Conceição do Coité (última posição-menos dependente) com 45%, havendo uma diferença

entre 20% entre a maior e a menor posição.

Para uma visualização melhor quanto a situação conjunta dos municípios por período, tem-se a Tabela 3 com o histórico das médias de cada ano. Em 2013, a média¹³ anual do nível de dependência alcançou 46%. No ano seguinte, o valor da média sofreu alteração, alcançando 47%. Os anos de 2022 e 2023 foram os que obtiveram uma maior média (56% e 53%, respectivamente) no quesito de dependência dos municípios, enquanto que 2013 e 2018 com os menores (46% cada um). Por mais que exista uma diferença da média ao decorrer dos anos, é possível notar valores próximos entre elas.

Tabela 3
Média do nível de dependência por ano

Ano	Média
2013	46%
2014	47%
2015	49%
2016	50%
2017	48%
2018	46%
2019	48%
2020	47%
2021	48%
2022	56%
2023	53%

Fonte: Elaboração própria com base no IPEADATA, SICONFI e Tesouro Nacional (2024).

Após as análises realizadas de forma individual de cada município, bem como a sua evolução ao longo dos anos, tem-se agora uma separação e classificação por porte (Figura 3), como define o IBGE¹⁴. Para os municípios de pequeno porte I, seus níveis de dependência foram superiores aos demais para os anos de 2016 a 2019 e 2021 a 2023. Enquanto que os de pequeno porte II, 2013 e 2014 foram os anos que obtiveram maior dependência.

Por sua vez, 2015 e 2020 os de pequeno porte tiveram os mesmos percentuais em seus respectivos anos com 50% e 47%. Analisando os de médio porte, para todos os anos, foram abaixo dos níveis dos municípios de pequeno porte. Isso comprova que os municípios menores, dentro do Território do Sisal, são mais dependentes em termos de transferências.

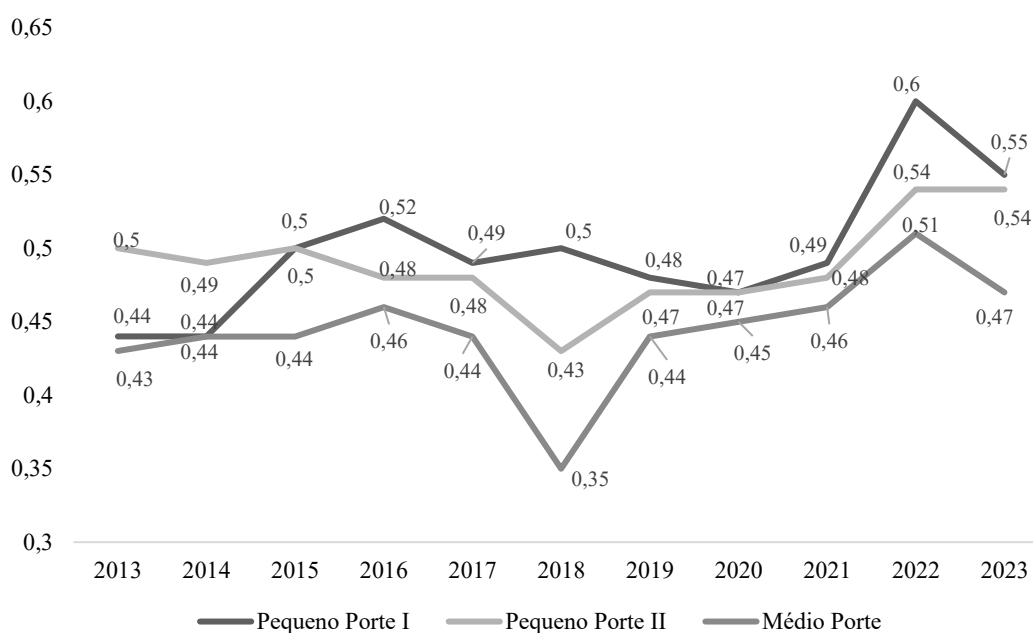
A análise sugere que os municípios do Território da Cidadania do Sisal não se distanciam da realidade brasileira, devido às características semelhantes aos municípios com maiores graus de dependência em relação às transferências. Essa afirmação está alinhada com o que é frequentemente discutido na literatura. Como foi evidenciado na análise dos trabalhos empíricos, espera-se que os municípios menores, com população reduzida e atividade

¹³ Somatório dos percentuais de cada município dividido pela quantidade.

¹⁴ Para ver melhor consultar o Quadro 1.

econômica limitada, sejam consistentemente identificados como os mais dependentes das transferências governamentais.

Figura 3
Nível de dependência por porte segundo o IBGE



Fonte: Elaboração própria com base no IPEADATA, SICONFI e Tesouro Nacional (2024).

A última análise parte por uma classificação por *cluster*. Após a separação da média por período, apresenta-se o Quadro 2 com a classificação de cada município. Aqueles que estão no *Cluster 2* são menos dependentes que os de *Cluster 3*.

Quadro 2
Divisão por Cluster

Municípios	Cluster	Municípios	Cluster
Araci Barrocas Conceição do Coité Itiúba Lamarão Nordestina Queimadas Quijingue Santaluz São Domingos Serrinha Tucano Valente Monte Santo	3	Biritinga Candeal Cansanção Ichu Retirolândia Teofilândia	2

Fonte: Elaboração própria com base no IPEADATA, SICONFI e Tesouro Nacional (2024).

Como já foi abordado anteriormente, uma das constatações do estudo foi que os municípios de menor porte apresentaram maior dependência em relação aos repasses do FPM. Estes resultados corroboram com estudos anteriores como os trabalhos de Massardi e Abrantes (2015), Costa e Júnior (2019), Souza *et al.* (2020), entre outros.

A partir da análise por *Cluster*, observou-se que 14 dos 20 municípios analisados estavam no nível 3 de dependência, enquanto os outros municípios estavam no nível 2. Esses resultados destacam a tendência de uma parte significativa dos municípios estudados em depender fortemente dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) para sua sustentabilidade financeira.

Sendo assim, o que observa é que os municípios menores dependem mais do Fundo de Participação dos Municípios por terem uma menor capacidade de arrecadação de receitas próprias, uma economia menos diversificada e, consequentemente, um menor Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, o que resulta em menor autonomia financeira e maior vulnerabilidade econômica.

Por exemplo, em relação a arrecadação de receitas próprias, a principal razão é a dificuldade desses municípios em gerar recursos próprios, através de tributos como o Imposto sobre Serviços (ISS) e o IPTU, que compõem a maior parte da receita dos municípios maiores. Outro ponto, é que frequentemente, municípios menores têm uma economia baseada na agropecuária ou atividades de baixo valor agregado, que contribuem menos para a arrecadação tributária. Além do mais, o menor número de habitantes e empresas em municípios menores resulta em uma base tributária reduzida, limitando a arrecadação de impostos e contribuições locais.

Essa concentração elevada de municípios em um nível de dependência significativo no território do Sisal reitera um ponto fundamental que estudos anteriores já evidenciaram em suas descobertas: a considerável dependência de muitas dessas localidades em relação às transferências do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) para sustentar suas atividades econômicas e serviços públicos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O federalismo fiscal envolve a descentralização de poderes e a distribuição de responsabilidades financeiras entre os diferentes níveis de governo. Cada nível tem autonomia para arrecadar receitas e administrar seus próprios gastos, de acordo com as competências

estabelecidas pela legislação e pela Constituição. Essa descentralização de responsabilidades promoveu uma maior autonomia na tomada de decisões por parte dos estados e municípios. Ao transferir competências da esfera federal para os governos subnacionais, o objetivo foi alcançar uma gestão pública mais eficiente e um atendimento mais adequado às demandas da população. Com o conhecimento mais próximo das necessidades e realidades locais, os estados e municípios podem tomar decisões mais assertivas, buscando soluções mais eficazes para os desafios enfrentados em suas regiões.

Nas demais conclusões deste estudo, constatou-se que os municípios menores são mais dependentes do que os de médio e grande porte. Nos municípios do território do Sisal, 8 se classificam como Porte I, 10 como Porte II e 2 como Médio Porte. Na separação por *Cluster*, os municípios do território se enquadram no terceiro e segundo nível, ou seja, variando entre 21% a 80% do total do seu nível de dependência. Na análise geral, o maior nível de dependência ocorreu em 2022, alcançando 56%, enquanto que o menor foram nos anos de 2013 e 2018 com 46%, cada um. Municípios como Serrinha e Conceição do Coité se destacaram em menores níveis na série dos anos, de forma majoritariamente em comparação aos demais.

A partir do que foi analisado nesta pesquisa, é importante que os municípios venham a diversificar a sua arrecadação estimulando a sua economia local por diferentes ferramentas e instrumentos que sejam capazes de fomentar atividades que gerem trabalho e renda, mantendo sua estabilidade e estrutura financeira. Para que assim, possam garantir uma maior segurança para outros planejamentos e ações que venham a necessitar de recursos financeiros para o investimento em melhorias em outros indicadores dos municípios por meio dos serviços oferecidos como na área da educação, do saneamento básico, da infraestrutura e da logística. Assim, também como a saúde e segurança pública, atendendo ao bem-estar, de forma geral, de todos os agentes presentes e envolvidos nesses municípios. Visando, no longo prazo, seu crescimento e desenvolvimento.

Dessa forma, os resultados da pesquisa poderão subsidiar a elaboração de políticas públicas e planos estratégicos para promover o desenvolvimento econômico do território e reduzir a dependência dos repasses do FPM. Além disso, poderão servir como base para o aprimoramento das políticas de distribuição dos recursos do fundo, garantindo maior equidade e efetividade na sua utilização pelos municípios.

É preciso, para complementar a análise, realizar os estudos individuais de cada município e do seu período de tempo, visando identificar a variação da população, pois reflete nos valores do repasse, assim como a evolução da economia porque influencia no nível de arrecadação e outras dinâmicas do território, como um todo.

Recomenda-se estudos futuros que venham avaliar outras cidades e regiões sobre suas dinâmicas do FPM em relação ao RO e que possam identificar, de forma mais detalhada, as categorias e classificações de cada arrecadação para que as ações de planejamentos possam ser mais eficientes e eficazes. Ademais, é preciso também incorporar outras análises como as diferentes categorias e características de cada município para que assim o planejamento, por meio da análise do FPM e RO seja melhor distribuído e adaptado.

REFERÊNCIAS

- Bernardes, F. B. M. et al. (2022). O orçamento público como limite para implementação de direitos sociais: análise dos direitos sociais sob a ótica da reserva do possível. *Revista Jurídica do Ministério Público do Estado do Tocantins*, 15(1), 26-26.
- Bovo, J. M. (2001). Gastos sociais dos municípios e desequilíbrio financeiro. *Revista de Administração Pública*, 35(1), 93-a.
- Costa Júnior. C. N. (2019). Análise da dependência de municípios brasileiros das transferências intergovernamentais. **Revista Paraense de Contabilidade**, Belém, v. 4, n. 3, p. 52-63, 1-12.
- Cunha, T. J. F. et al. (2021). **Território do Sisal: Características do Território**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-tecnologica/territorios/territorio-sisal/caracteristicas-do-territorio>. Acesso em: 15 jun. 2024.
- Gadelha, S. R. D. B. (2017). Introdução ao federalismo e ao federalismo fiscal no Brasil. Rio de Janeiro: Escola nacional de administração pública (Enap).
- Hentz, C. (2015). **FPM: equidade e eficiência: estudo de casos do RS**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (2022). **Cidades e Estados do Brasil**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 maio 2024.
- Ipeadata. (2024). **Regional**. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 15 jun. 2024.
- Jesus, K. F.; Xavier Júnior, A. E. (2020). O nível de dependência dos municípios brasileiros de pequeno porte frente às transferências intergovernamentais. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) - Universidade Federal Rural do Semiárido, Mossoró, 2020.
- Massardi, W. O; Abrantes, L. A. (2015). Esforço fiscal, dependência do FPM e desenvolvimento socioeconômico: um estudo aplicado aos municípios de Minas Gerais. **REGE-Revista de Gestão**, v. 22, n. 3, p. 295-313.
- Moreira, M. G. (2017). Análise do grau de dependência dos municípios do COREDE Fronteira Oeste em relação ao FPM. Santana do Livramento: Unipampa.

- Orair, R. O; Alencar, A. A. (2010). Esforço fiscal dos municípios: indicadores de condicionalidade para o sistema de transferências intergovernamentais. **Finanças Públicas**: Brasília, DF.
- Passos, C. R; Nascimento, J. C. H. B. (2018). Fundo de Participação dos Municípios na Composição das Receitas: um estudo sobre dependência dos municípios piauienses nos anos 2013 a 2016. *Anais Do Congresso Brasileiro De Custos - ABC*.
- Pereira, J. A. M. (2002). Finanças públicas municipais: Relação de dependência entre receita transferida e receita própria dos municípios do estado do Rio Grande do Sul, Período 1989-1998. *IJUÍ: URNERS*.
- Santos, K. G. B. S.; Santos, C. E. R. (2014). Dependência Municipal das Transferências do Fundo de Participação dos Municípios: uma Análise para os Municípios do Sul da Bahia entre 2008 e 2012. *In: IX Semana do Economista, 4., Ilhéus. Anais [...]* Ilhéus: Universidade de Santa Cruz, 2014. p. 1-21.
- Secretaria de Desenvolvimento Rural da Bahia. (2017). **Territórios de Identidade**. Disponível em: <http://www.bahiater.sdr.ba.gov.br/servicos/territorios-de-identidade>. Acesso em: 30 jun. 2023.
- Secretaria do Tesouro Nacional - STN. (2012). O que você precisa saber sobre as Transferências Constitucionais e Legais: Fundo de Participação dos Municípios. Disponível em: <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/estados-e-municipios/transferencias-a-estados-e-municipios/transferencias-constitucionais-e-legais>. Acesso em: 2024.
- Siconfi. (2024). **Contas Anuais**. Disponível em: https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/consulta_finbra/finbra_list.jsf. Acesso em: 15 jun. 2024.
- Silva, L. E. C; Santos, A. R. (2019). O Estado e o território de identidade do sisal na Bahia (BA): Conflitos da política territorial. **Revista Política e Planejamento Regional**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 80-103.
- Silva, O. R. R. F. *et al.* (2021). Sisal: Importância socioeconômica. Disponível em: <https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-tecnologica/cultivos/sisal/pre-producao/socioeconomia/importancia-socioeconomica#:~:text=O%20sisal%2C%20al%C3%A9m%20de%20constituir,cultivo%20com%20resultados%20econ%C3%B4micos%20satisfat%C3%B3rios>. Acesso em: jun. 2024.
- Souza, P. G. G. (2016). Regimes Especiais Tributários: legitimação e condicionantes de segurança jurídica e de governança na perspectiva condicional. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- Souza, R. L. (2017). Uma análise da dependência dos municípios da microrregião do Cariri Ocidental da Paraíba em relação aos recursos do fundo de participação dos municípios (FPM). (Trabalho de Conclusão de Curso – Artigo), Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, Universidade Federal de Campina Grande, Sumé – Paraíba – Brasil.
- Souza, J. A. N. et al. (2020). Dependência dos municípios do Rio Grande do Norte em relação ao fundo de participação dos municípios no período de 2013 A 2018. *FACEF Pesquisa-Desenvolvimento e Gestão*, 23(3).

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI. (2023). Disponível em: <https://www.ba.gov.br/sei/noticias/2024-03/4079/agronegocio-cresce-42-e-fecha-2023-com-participacao-de-211-na-economia-baiana#:~:text=O%20PIB%20do%20agroneg%C3%B3cio%20baiano%2C%20calculado%20e,trimestre%20de%202023%2C%20verificou%2Dse%20crescimento%20de%203%2C0%25>. Acesso em: Jul, 2024.

Teixeira, J. R. B. (2005). O atual desequilíbrio no sistema de repartição de receitas tributárias. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/1632>. Acesso em: 10 jun. 2024.

Tesouro Nacional Transparente. (2024). Transferências a Estados e Municípios. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/temas/estados-e-municipios/transferencias-a-estados-e-municipios>. Acesso em: 15 jun. 2024.

Torrezan, R. G. A. (2023). Federalismo fiscal em vertigem: uma análise do federalismo fiscal brasileiro no período de 2019 a 2022. Tese (Doutorado em Economia) - Unesp, Araraquara.

Hudzinski, A. A., Witt, C; Senff, C. O. (2019). A dependência do Fundo de Participação dos Municípios e a qualidade dos gastos e das políticas públicas: um estudo aplicado aos municípios do estado de Santa Catarina. *Revista Controle: Doutrinas e artigos*, 17(1), 114-142.

Municipal dependence on transfers from the Participation Fund of municipalities in the Sisal Territory, in Bahia, between 2013 and 2023

ABSTRACT

The debate surrounding the public budget has been highly relevant and has gained greater prominence when discussing transfers from the Municipal Participation Fund (FPM) and its relationship with their level of "dependence" due to transfers from the federal government. In an attempt to better understand the FPM, this study focused on a geographic, political, and spatial framework, focusing on the Sisal Territory, located in Bahia. Thus, the objective of the study was to analyze the level of dependence on this transfer in the municipalities that are part of the Sisal Territory between 2013 and 2023. The information was gathered through bibliographic research and a descriptive methodology. Data were taken from the Brazilian Public Sector Accounting and Tax Information System (Siconfi), Ipeadata, and the National Treasury. Based on data extraction and analysis for the selected period, it was found that small municipalities are more dependent than medium- and large-sized ones. It is important to emphasize the importance of diversifying revenue to minimize this level of dependence.

Keywords: Municipal Finances; Intergovernmental Transfers; Budget Dependency; Sisal Territory.

Dependencia Municipal de las Transferencias del Fondo de Participación Municipal de los Municipios del Territorio Sisal, Bahía, entre 2013 y 2023

RESUMEN

El debate en torno al presupuesto público ha sido muy relevante y ha cobrado mayor relevancia al analizar las transferencias del Fondo de Participación Municipal (FPM) y su relación con el nivel de dependencia de las transferencias del Gobierno Federal. Para comprender mejor el FPM, este estudio se centró en un marco geográfico, político y espacial, con especial atención al Territorio Sisal, ubicado en Bahía. Por lo tanto, el objetivo del estudio fue analizar el nivel de dependencia de esta transferencia en los municipios que forman parte del Territorio Sisal entre 2013 y 2023. La información se recopiló mediante investigación bibliográfica y una metodología descriptiva. Los datos se obtuvieron del Sistema de Información Contable y Tributaria del Sector Público (Siconfi), Ipeadata y el Tesoro Nacional. La extracción y el análisis de los datos del período seleccionado revelaron que los municipios pequeños son más dependientes que los medianos y grandes. Es importante destacar la importancia de la diversificación de ingresos para minimizar este nivel de dependencia.

Palabras clave: Finanzas Municipales; Transferencias Intergubernamentales; Dependencia Presupuestaria; Territorio Sisal.